

Eu assumo: é preciso conversar com os machistas, por Nana Soares

No último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, assisti a uma palestra de um homem chamado Adam Kahane. A fala de Adam, especialista em resolução de conflitos que trabalhou em locais como Colômbia e a África do Sul pós-Apartheid, mexeu muito comigo. Ele basicamente falou sobre a importância de colaborar e trabalhar com quem pensa radicalmente diferente de nós.

[\(Emais, 03/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Sua fala veio após a apresentação de uma pesquisa sobre violência contra a mulher que mostra como se dá o debate sobre o tema no meio digital. Organizada pelo Instituto Avon, a pesquisa mostra que apenas 6% dos homens que participam dos debates online sobre o tema demonstram apoio às mulheres. A maioria deles chega para xingar, agredir, desqualificar. Os homens são 96% dos *haters* do discurso feminista, especialmente os brancos (80%) de classes A e B (53%). Surpresa nenhuma, basta acessar a caixa de comentários de literalmente qualquer um dos meus textos.

Ser alvo dessa violência cotidiana não dá a menor vontade de dialogar, caros leitores. Por que eu conversaria com quem aproveita qualquer oportunidade para me bater/linchar/desqualificar? Segundo Adam Kahane, é exatamente por isso que nós devemos trabalhar juntos. É o único caminho para de fato avançar enquanto sociedade, ainda que discordemos em pontos cruciais.

Na verdade não é o único caminho, porque sempre existe a possibilidade de impor suas ideias pelo uso da força (Adam explica melhor em seu livro *Trabalhando com o Inimigo*, que eu recomendo). Eu me recuso, porque acho que isso é exatamente o que pavimentou uma sociedade machista e patriarcal. Nós mulheres fomos assim silenciadas e subjugadas por séculos com o auxílio de Estados, exércitos, igrejas. Não é essa a sociedade que eu

quero ajudar a construir.

Acredito em construção por meio do diálogo. Especialmente em um momento de crescente polarização de ideias, de radicalização de debate, de muita gente falando sem ninguém realmente ouvir. Especialmente em um mundo de bolhas ideológicas potencializadas por algoritmos que nos deixam cada vez mais desacostumados a ouvir ideias contrárias. Do jeito que está, tudo que fazemos é passar raiva ao ver “o outro lado” (qualquer que ele seja) ganhar espaço.

No meu entendimento, construir por meio do diálogo não quer dizer, de jeito nenhum, ignorar que a maioria dos nossos direitos foram conquistados no grito, depois de esgotar todas as formas de diálogo. Acredito que ambas as formas de ativismo são necessárias e complementares, o que me preocupa é uma recusa cada vez maior em conviver com ideias diferentes - mesmo dentro do feminismo.

Ao ter um blog hospedado no Estadão, sei que não sou lida só por mulheres - feministas, brancas, de classe média alta como eu -, e portanto preciso falar para quem é diferente, o que naturalmente causa uma reação. Pelos homens reativos ao feminismo, sou semanalmente xingada de todas as maneiras por acreditar em uma sociedade que retira os privilégios de uma parcela da população. Por parte do movimento feminista (bem mais plural do que muitos pensam) sou frequentemente criticada por abarcar os homens em meus textos (e no meu projeto de mundo). Às vezes cansa, mas sigo acreditando que é este o melhor caminho a seguir.

Seria exponencialmente mais fácil falar para pessoas iguais a mim e que pensam o mesmo do que eu. Pessoas que já enxergam a igualdade como solução, mas não é essa minha realidade. Depois de ler e ouvir Adam Kahane, acho também que preciso me abrir mais ao diálogo com quem pensa diferente.

O que Adam propõe não é fácil: ele defende que se dialogue mesmo com os extremos. Com pessoas que defendem abertamente o privilégio de uns acima de outros. Não tenho esse sangue frio. Também imagino que o autor não seja o alvo de ofensas agressivas cotidianas, o que o dá outra perspectiva da

história.

Mas vamos lá, tentar não custa nada. Há de haver uma brecha possível entre quem só está na internet para bater e quem já concorda comigo. Dialoguemos.

Como vamos desqualificar as mulheres hoje?, por Nana Soares

Semana passada, nos dias 8 e 9 de março, as alunas do tradicional colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, protestaram pelo [direito de poder permanecer com a roupa da Educação Física depois da aula](#) - opção essa que é concedida aos meninos. Atualmente, elas têm que tirar o shorts ao fim da aula, enquanto seus colegas do sexo masculino não precisam cumprir essa exigência.

[\(Emais, 15/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O que se seguiu aos protestos das adolescentes foi, para variar, uma tentativa massiva de desqualificar as garotas e suas pautas para, assim, o mundo continuar girando em seu modo tradicionalmente machista. As “acusações” de quem leu as notícias foram as de serem meninas ricas, reclamando por causas pequenas em uma cidade à beira do colapso. Desocupadas, mimadas e sem vontade de lutar “pelo o que realmente importa”, o que quer que isso signifique.



Protesto das alunas do colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro (Foto: Reprodução)

Como era de se esperar, a escola recusou o diálogo e engrossou o coro de que o protesto era banal e contra uma tradição largamente aceita na instituição. Mas tanto os colegas homens quanto os pais e responsáveis apoiaram a reivindicação das jovens, o que os acusadores de internet escolhem ignorar.

As meninas são privilegiadas no contexto carioca e brasileiro? Sem a menor dúvida, só alguém de muita má-fé negaria isso. Mas isso faz com que elas não tenham o direito de se manifestar ou que suas reivindicações não possam ser levadas a sério? Também é preciso estar carregado de muita má-fé para responder que sim. Infelizmente, é o caso de muitos.

E o é porque as meninas, que gozam de privilégios de classe e raça (assumindo que a maioria das alunas de um colégio de elite ainda é branca), não escapam das desigualdades de gênero. E privilegiadas que são, podem mostrar isso. A saída, portanto, é desqualificá-las e tirar qualquer credibilidade do protesto. Só assim para o sistema não correr riscos.

Não esqueçamos que quando as [meninas de Porto Alegre, também de colégio particular, reivindicaram o uso de shorts na escola](#) ouviram que deveriam

protestar por causas como educação de qualidade e presença de bibliotecas (estive em um debate com elas e vi essas afirmações de camarote). É um argumento que assume que só se pode reivindicar por uma coisa e que a causa escolhida (igualdade de gênero) não tem a ver com educação.

É um mero argumento para silenciar as mulheres desde o começo, ainda adolescentes. Se o desprezo com o argumento dessas meninas fosse apenas por elas serem privilegiadas economicamente, então os os secundaristas que pararam São Paulo em 2015 protestando contra a reorganização escolar promovida pelo governo do Estado não teriam sido taxados de baderneiros, invasores das próprias escolas e descompromissados. Beira a psicodelia argumentativa dizer que estudantes protestando para ficar na escola são jovens alienados.

A realidade é que contestar um sistema dominante incomoda. E quem está confortável nele (ou acha que está) vai usar de qualquer argumento disponível para desqualificar as ameaças, mesmo que esses argumentos não façam o menor sentido.

Para muita gente, os protestos que aqui são baderna, na França são sinais de civilidade. Para elas, a obrigatoriedade de burcas é um verdadeiro absurdo (ai se eu ganhasse um real para cada comentário do tipo que já ouvi), mas as meninas brasileiras serem obrigadas a trocar de roupa para não distrair os meninos é normal.

O que penso das meninas do Santo Inácio é que elas têm mesmo que lutar para melhorar suas realidades. E espero que no futuro lutem para mudar a dos outros também, pois são muitos os que não tiveram as mesmas oportunidades que elas. Mas nesse momento, nem toda a oportunidade do mundo as livrou do ódio de quem odeia ver as mulheres se movimentando.

Esse texto foi escrito antes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), que em vida tanto lutou pelas mulheres, por negros e negras, pelo povo periférico, pela juventude e pelos LGBT. Fonte de inspiração para tantos e tantas, esse texto é dedicado a ela.

Ser feminista é fácil, difícil é encontrar alguém disposto a ouvir, por Nana Soares

Na internet, desafio é furar a bolha.

[\(Emais, 22/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ser feminista é, a rigor, acreditar que homens e mulheres devem ter direitos iguais. Daí surgem várias derivações tão diversas quanto as mulheres, mas até onde eu sei é disso que estamos falando no fim do dia: de sermos consideradas tão cidadãs e merecedoras de direitos como os homens brancos, cisgênero e heterossexuais o são.

Lutar para ser esse o valor preponderante em uma sociedade estruturalmente desigual não é fácil. Nós, feministas, por mais diferentes que sejamos, sabemos disso desde sempre. Temos plena consciência de que tornar o mundo (o país, a cidade, o bairro) um lugar mais justo é luta, é processo, é mudança de cultura que não vem de mão beijada. E mesmo assim, seguimos lutando em nome dessa tão sonhada igualdade.

E como apanhamos por fazer isso. Literalmente, já que somos rotineiramente violentadas institucional, psicológica ou fisicamente por defendermos a igualdade entre os gêneros. Somos estupradas, ameaçadas e mortas por isso, como os números já cansaram de mostrar. E ainda assim seguimos porque temos um motivo muito claro para lutar: nossas próprias vidas e cidadanias.

A bem da verdade, estamos em um momento privilegiado da luta, já que as redes sociais fizeram multiplicar as redes de apoio, solidariedade e denúncia das violências, além de abrir muito mais espaço e alcance para se falar sobre o tema. O problema é que elas também trouxeram bolhas e, na minha opinião, uma dificuldade muito grande para transitar entre as diferentes

ideias. Se parar pra pensar, é o maior paradoxo.

Adoro ter neste blog um espaço para compartilhar inquietações, dúvidas e reflexões, mas raramente recebo interações de pessoas debatendo. Em geral ou são as pessoas que concordam comigo de cabo a rabo ou as que querem me crucificar em praça pública e, como não podem fazê-lo, só me ofendem de todos os jeitos possíveis nas caixas de comentários mesmo.

Às vezes me pergunto se ainda há espaço para debate, porque ele é o único caminho para avançar o que quer que seja. A rigor, sei que ele existe (e resiste) em grupos de nicho e apoio, mas parece ser cada vez mais difícil conviver fora da bolha com opiniões e visões de mundo diferentes das nossas (lembrando sempre que discurso de ódio não é opinião).

Como eu, muitos se perguntam se vale a pena continuar falando e tentando debater. Em tempos de fake news, boatos espalhados sem o menor constrangimento e incitação ao ódio, é mesmo de se perguntar. Mas por esses mesmos motivos é que temos que seguir. Conviver com o diferente não é fácil, mas minha pouca experiência de vida já me mostra que justamente por isso é o caminho mais frutífero.

Enquanto feminista, tento sempre recorrer às raízes do movimento e imaginar quanta resistência gratuita e quanto ódio aquelas mulheres enfrentaram em nome de direitos que hoje nos parecem banais. Se hoje é difícil ser ouvida, quem dirá nos séculos anteriores. Pelo menos o mergulho no passado tem sempre um saldo positivo: elas não desistiram, não tem porque eu desistir também. Seguimos.

Brasil, aborto e democracia, por

Nana Soares

Legalizar o aborto e deixar as mulheres decidirem sobre seus corpos é uma questão de democracia.

[\(Emais, 14/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O STF negou a liminar de Rebeca para interromper sua gestação de forma segura. Ela, em uma viagem à Colômbia para falar de seu caso, viu-se amparada pela lei local e realizou o aborto de forma legal e segura. A história de Rebeca teve um final feliz (apesar da legislação brasileira).

Não têm o mesmo desfecho, entretanto, centenas de milhares de mulheres brasileiras. Segundo a última Pesquisa Nacional do Aborto, a estimativa é que 416 mil mulheres tenham interrompido voluntariamente a gravidez apenas no ano de 2014. Essas mulheres o fazem sem amparo da lei, submetendo-se a métodos e profissionais duvidosos - mas que ainda parecem uma opção melhor do que seguir com a gestação. Muitas vezes pagam com a vida por essa escolha, enquanto os homens que as engravidaram saem ilesos.

Os números são apenas uma estimativa, é verdade, já que por ser ilegal é impossível colher dados totalmente confiáveis sobre como ocorre o aborto no país. O que é possível afirmar, no entanto, é que a criminalização do procedimento não impede as mulheres de interromper a gravidez. Uma mulher que quer abortar, aborta - e o caso de Rebeca deixa isso bem claro.

Legislar sobre o corpo da mulher diz muito sobre uma democracia. Na verdade, diz sobre a falta dela. Quem me atentou para isso foi Sebastian Rodriguez, Coordenador dos Programas para a América Latina e Caribe da ONG *Center for Reproductive Rights*. Os apontamentos de Sebastian, reproduzidos abaixo, dão uma boa noção de como é a situação do Brasil em comparação com outros países.

Nas últimas semanas, este tem sido o tema do blog, impulsionado principalmente por conta da tramitação da PEC que pode tornar o aborto ilegal em qualquer caso no Brasil - o que seria um retrocesso de quase um século e uma mudança na contramão do mundo. Este é o último texto do ano

sobre o assunto e reúne, além de Sebastian, algumas observações trazidas pela Pesquisa Nacional do Aborto, de Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro.

Confira os outros textos sobre aborto [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).

Sebastian Rodriguez, Coordenador dos Programas para a América Latina e Caribe da ONG Center for Reproductive Rights:

- Dos 7 países que proíbem totalmente o aborto, apenas um (Malta) não está na região da América Latina e do Caribe.
- A legislação sobre aborto é um forte indicador de quão desenvolvida é a democracia de um país. Isso porque, em geral, quanto mais diversidade na política, mais liberais tendem a ser as legislações - especialmente sobre aborto e direitos LGBT.
- A democracia na América Latina está, como um todo, sob ataque. Direitos sexuais e reprodutivos e cidadania LGBT são os principais alvos desse ataque.
- A América Latina é uma região muito católica. O Brasil também, e é preocupante o aumento do poder político das bancadas religiosas, que estão tentando mudar as legislações de direitos humanos.
- Comparativamente, a legislação do Brasil em relação a aborto é considerada mediana.
- Um destaque negativo da legislação brasileira é a proibição do aborto para preservar a saúde da mulher, especialmente a mental. Isso teve impactos claros durante a epidemia de zika, uma emergência de saúde que trouxe sofrimento às mulheres, que ainda assim não podiam interromper suas gestações.
- Por outro lado, o Brasil é o único país que regula especificamente sobre a

anencefalia (permitindo o aborto).

- O atual momento político brasileiro e as tentativas de banir a prática por completo preocupam os especialistas internacionais, já que o Brasil ocupa um papel chave na região, sendo uma força política, econômica e social. No entanto, as ameaças ao direito ao aborto seguro não acontecem apenas no Brasil.

Confira [aqui](#) como os países da América Latina regulamentam o aborto.

Confira [aqui \(em inglês\)](#) como os grupos anti-aborto dos EUA estão sendo financiados para atuar na América Latina.

Pesquisa Nacional do Aborto (2016, [acesse aqui](#)):

- Das 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos entrevistadas, 13% já fez ao menos um aborto, número semelhante à Pesquisa de 2010.

- Isso significa dizer que 1 a cada 5,4 mulheres chega aos 40 anos já tendo feito ao menos um aborto.

- Cerca de metade das mulheres aborta usando medicamentos.

- Cerca de metade (48%) das mulheres precisou ser internada para finalizar o aborto, uma leve queda em relação a 2010.

- O aborto é realizado por mulheres de todas as idades, estados civis, religiões, raças, escolaridades, classes sociais, trabalhando ou não, tendo filhos ou não. Também independe do tamanho do município em que a mulher reside.

- No entanto, as mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm taxas maiores.

- Comparando com os dados da PNA de 2010, foi possível observar que as causas que levam ao aborto permanecem estáveis. Também não muda o silêncio do Estado em torno da questão e a recusa de tratá-la como questão

de saúde pública.

- Uma pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (2016) também aferiu que a maioria das mulheres que respondem criminalmente por ter feito aborto são negras. [Acesse aqui](#).

“A lei não salva o feto, mas mata a mulher”, afirma Cristiano Rosas

Coordenador da Rede Médica pelo Direito de Decidir comenta a ineficácia da criminalização do aborto no Brasil.

[\(Emais, 07/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Aborto está mais uma vez em pauta no Brasil. Primeiro por conta da primeira aprovação da PEC 181, que pode tornar ilegais mesmo os casos hoje previstos em lei (gravidez decorrente de estupro, feto anencéfalo ou para salvar a vida da mulher). Depois, por conta do [pedido de Rebeca Mendes da Silva Leite](#) junto ao STF para interromper sua gestação. A liminar de Rebeca foi negada pela ministra Rosa Weber, mas a luta continua. Já o texto da PEC será votado novamente nos próximos dias.

Também nesta semana foi divulgada a pesquisa [“Percepções sobre o aborto no Brasil”](#), que mostra que quase metade dos brasileiros conhece uma mulher que fez aborto. O resultado atesta mais uma vez que o aborto é uma realidade para as mulheres brasileiras e que é preciso discutir a descriminalização da prática sem hipocrisia. Para esta tarefa, conversei com o ginecologista e obstetra [Cristiano Rosas, representante no Brasil da Rede Médica pelo Direito de Decidir](#) (Global Doctors For Choice- (GDC), uma rede de médicos que defende o acesso a saúde sexual e reprodutiva de qualidade e baseada em evidências. Cristiano também é chefe do Serviço de Atenção a Vítimas de Violência Sexual do Hospital Maternidade-Escola Vila Nova

Cachoeirinha.

Nana Soares: A Rede Médica pelo Direito de Decidir enviou uma carta aberta à ministra Carmen Lúcia opondo-se à PEC 181/2015. Por quê?

Cristião Rosas: Nós estamos muito preocupados com a perspectiva de retrocesso no Brasil, porque foi muita luta para obtermos os poucos avanços atuais. Em relação ao aborto, o Brasil está no grupo das nações com legislação mais restritiva (onde estão cerca de 25% dos países). É curioso porque o Brasil é um país que se diz tão ocidentalizado e moderno, mas não consegue avançar nessa discussão. Ela sempre é desviada para uma questão moral. É compreensível que as pessoas tenham suas questões morais e religiosas pessoais, mas criminalizar não resolve, só faz com que percamos fetos e vidas.

E quais as expectativas em relação a aprovação dessa PEC? Você teme que outras propostas similares também ganhem força?

Cristião Rosas: Em termos políticos não temos como avaliar ou prever um cenário, mas o próprio Rodrigo Maia deu a entender que essa proposta não deve ser aprovada em plenário. O que eu acho é que a sociedade brasileira já tem incorporada a convicção de que é um direito o aborto em caso de estupro, anencefalia e risco de vida à mulher.

A confusão é que a pergunta feita é sempre sobre ser a favor ou não do aborto. Isso é um falso dilema ético, ninguém é a favor. Mas, na minha compreensão, quem tem que decidir isso é a mulher, dentro de sua história de vida, seu contexto e seus valores. É ela que decide se vai fazê-lo e por quais motivos, é muito difícil colocar o Judiciário, Congresso ou a Medicina para decidir pela mulher. Isso é de foro íntimo, uma das decisões mais íntimas de uma pessoa. E é importante frisar que não é porque se aprova a legalização do procedimento que todas as mulheres são obrigadas a fazê-lo.

E como se dá a proibição na prática?

Cristião Rosas: A mulher que não tem acesso seguro ao abortamento vai fazê-lo mesmo assim, mas com consequências importantes, inclusive o risco de vida. Essa é, ou deveria ser, a discussão. Tomando de exemplo os países

democráticos que fizeram essa discussão, dá para dizer que ela nunca é fácil, sua natureza é sempre conflituosa. Mas as pessoas precisam ser sensibilizadas e entender sobre o que estamos conversando. É preciso entender o que são direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos, fazer uma reflexão abrangente e bioética.

E como os médicos deveriam atuar em relação a isso? Porque hoje, com aborto na ilegalidade, não são raros os casos de equipes médicas denunciando as mulheres à polícia ou recusando atendimento.

Cristião Rosas: O médico tem bem estabelecidos legalmente os limites éticos de sua atuação. Tanto pelo Conselho Federal de Medicina, quanto pelo código de ética. Não quebrar o sigilo do paciente é um dos princípios centrais da atuação médica. Existem muitos casos em que os pacientes só relata fatos íntimos porque precisa de tratamento e o médico precisa saber. Denunciar o paciente quebra totalmente essa regra. Fora que a Constituição brasileira garante o direito à privacidade das pessoas e o Código Penal diz que é crime relatar fatos que chegam a seu conhecimento pelo exercício de seu ofício. São pouquíssimos os motivos em que é permitido ao médico informar um dado sem a aprovação do paciente. Aos meus alunos, digo: na dúvida, nunca quebre o sigilo.

No caso de aborto, mesmo que ele não seja permitido pela lei, a paciente tem que ser acolhida. Os dados devem ser anotados no prontuário, mas ela não pode ser denunciada. Isso é criminal e eticamente ilegal. Médico deveria estar acolhendo e informando: entender porque aconteceu, perguntar se a mulher usa contraceptivo, fornecer as informações e medicamentos necessários e fazer o tratamento adequado, não ser preconceituoso. Há normas e protocolos que estabelecem os procedimentos, e inclusive a prática aponta que esse atendimento é um bom momento para inserir a mulher no sistema de saúde.

E por que há tanta resistência em discutir a prática?

Cristião Rosas: As pessoas acreditam que criminalizar o aborto faz com que ele diminua, mas isso não acontece em nenhum lugar do mundo. Pelo contrário, criminalizar aumenta o número de procedimentos, basta analisar

os dados.

No Brasil, a estimativa chega a 600 mil, 800 mil abortos ilegais por ano, o que significa dizer um aborto para cada três partos com feto vivo. Nos países que descriminalizam a prática, em um primeiro momento os números aumentam, até porque consegue-se mapear a verdadeira extensão do problema, mas depois os abortos vão gradativamente decrescendo. Aqui nossa lei nem reduz o aborto nem salva o feto, mas mata as mulheres. Se ela tem alguma eficácia, é matar mulheres.

Um estudo norte-americano analisou a mortalidade materna ao longo de 10 anos, destrinchando todas as suas causas. Foi observado que o aborto era na verdade o procedimento obstétrico mais seguro de todos. Isto é, foi o que menos matou em comparação com as outras causas (0.5 mortes para cada 100.000 procedimentos. Em comparação, a mortalidade causada por abortos espontâneos foi de 1.7). Deixar uma mulher morrer por aborto é a maior atrocidade humana que pode existir, ela não deveria estar morrendo. Tenho grande dificuldade de compreender como o Parlamento pode deixar isso acontecer. É necessário realizar uma discussão séria e baseada em evidência científica, exatamente o trabalho da Rede de Médicos pelo Direito de Decidir.

O que faz com que os abortos diminuam?

Cristião Rosas: O que reduz o número de abortos inseguros é o planejamento familiar de alta qualidade, amplo e irrestrito, incluindo a educação sexual. Ao contrário do que muitos deputados dizem, isso na verdade posterga o início da vida sexual e diminui o número de gestações indesejadas.

No Brasil o planejamento familiar não acontece como deveria. Por exemplo, há municípios que regulam a distribuição da contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) com a falsa alegação de que é um procedimento abortivo, o que não é. Quantas adolescentes não engravidaram desnecessariamente porque esse direito lhes foi negado?

Em relação ao caso de Rebeca, você acha possível que o pedido seja bem sucedido?

Cristião Rosas: Desde a discussão sobre células tronco, eu fiquei emocionado e orgulhoso com as falas de alguns juízes do STF. Foram reflexões muito profundas. Então penso que sim, temos uma chance por aqui, Há outros países que avançaram a legislação via Judiciário, utilizando o princípio da dignidade humana.

Nana Soares

Misoginia Futebol Clube, por Nana Soares

Assassino condenado pela Justiça, Bruno Fernandes de Souza vai voltar a jogar futebol. O “goleiro (e assassino) Bruno” saiu da cadeia com um habeas corpus que dizia que “nada justificava” sua prisão, foi recebido por fãs, tirou selfies e recebeu propostas de 9 clubes diferentes. Fechou contrato de dois anos com o Boa Esporte Clube, equipe do sul de Minas que joga a segunda divisão do campeonato brasileiro. Eliza Samudio, sua ex-mulher e mãe de seu filho, segue morta e ainda não há paradeiro do seu corpo.

[\(Estadão.com, 16/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A contratação de Bruno felizmente gerou revolta. O Boa perdeu [cinco](#) patrocinadores e o [site do clube foi hackeado](#) com dados sobre violência contra a mulher no Brasil. [A repercussão foi majoritariamente negativa](#) e obrigou o Boa a redigir uma nota oficial - muito mal escrita, diga-se de passagem - sobre o caso. O presidente do clube argumenta que não foi o Boa que soltou Bruno e que eles não fazem nada de errado ao contratá-lo. Pelo contrário, estariam ajudando no processo de ressocialização e na ‘segunda chance’ de Bruno, já que o trabalho é edificante. Também foi esse o discurso do Grupo Gois & Silva, outro patrocinador da equipe. No entanto, dada a rejeição, a empresa acabou rescindindo o contrato com o clube.

Leia também:

[*Enquanto eu escrevia esse texto, uma mulher foi assassinada*](#)

[*Até que a morte nos separe*](#)

[*Nem uma a menos*](#)

Não questiono que Bruno (ou qualquer pessoa) seja julgado com direito à defesa, isso é um princípio básico do Estado de Direito. Também acredito que todo ser humano privado de liberdade tem de ser ressocializado, merece uma segunda chance e não acho que existam casos perdidos. Também acredito em arrependimento. Mas não acho que nada disso é o caso de Bruno, uma pessoa a quem nunca foi negada a “volta por cima”, que não cumpriu sua pena e que não demonstrou arrependimento.

Em 2014, já condenado e preso, Bruno foi capa da revista Placar com o apelo “Me deixem jogar”. Três anos depois, assim que saiu da cadeia (sem ter cumprido a pena!) já foi recolocado no mercado da bola e, vamos lembrar de novo, está TIRANDO SELFIE COM FÃS. Quando recomeçar a jogar, corre o risco de ser ovacionado pela torcida após suas defesas. É um desrespeito profundo com a vida das mulheres nesse país, mortas a cada 1 hora e meia por crimes de ódio fundamentados na desigualdade de gênero. Em cerca de 30% das vezes pelo parceiro ou ex-parceiro, como foi o caso de Eliza Samudio.

Esse é o contexto brasileiro, o que me obriga a perguntar: queremos mesmo divulgar o desejo de voltar ao futebol - e aos holofotes - de uma pessoa que esquartejou a mulher e ocultou seu cadáver? Enquanto isso, Eliza Samudio está morta e não pode compartilhar nenhum de seus sonhos ou desejos. Não pode ver o filho crescer, não pode rebater a fala de Bruno, não pode dizer que é um absurdo que não tenha lhe faltado emprego e solidariedade nem por um dia.

O desrespeito - e deboche - é tanto que Bruno argumentou que “nem a prisão perpétua” traria Eliza Samudio de volta. Ele disse isso para justificar sua saída da cadeia, demonstrando zero arrependimento e dando a entender que não adianta deixá-lo preso. Pelo contrário, punir um criminoso (um assassino, vale lembrar) é desnecessário.

Em muitos casos de violência doméstica é a vítima que tem que mudar de vida para poder escapar da violência. Elas mudam de emprego, de cidade, cortam laços afetivos para ficar longe do agressor. Procuram ajuda da polícia, vão para abrigos sigilosos e ficam fora da sociedade por meses na espera do Judiciário agir para que possam viver em paz. Em casos de feminicídio, isso fica ainda mais óbvio: elas perdem a vida enquanto eles continuam por aí, muitas vezes impunes. Como não ver a injustiça presente nesses casos? Como, sabendo disso, achar que está tudo bem em fomentar a carreira de Bruno? Como achar que é normal vê-lo parabenizado por boas atuações e sendo bem recebido pela torcida?

No caso do jogador, por mais que tudo esteja de acordo com o Judiciário, a justiça está muito longe de ser feita. Nenhum dos 9 clubes que o sondaram estão envolvidos com sua libertação, mas passam a ser diretamente responsáveis por uma cultura de violência contra a mulher quando, sem pestanejar, oferecem reabilitação a alguém que cometeu um feminicídio tão bárbaro. Será que esses clubes têm ações tão rápidas e eficazes no combate à violência contra a mulher?

Todo o caso de Bruno faz com que eu me sinta completamente desvalorizada como mulher. Sinto como se minha vida não tivesse valor, ou pelo menos um valor muito menor do que a vida dos homens. Só posso esperar que os torcedores do Boa não compactuem com a contratação do time e manifestem isso explicitamente, assim como órgãos e federações de futebol, mas acho que isso seria sonhar alto demais. O machismo continua vivo, Eliza Samudio continua morta.

8 de março: existimos e

resistimos, por Nana Soares

Tramita na Câmara dos Deputados um [projeto](#) para reduzir a pena para estupro de vulnerável, atenuando a condenação em casos sem penetração ou sexo oral na vítima ou quando não houver violência física ou psicológica - como se houvesse estupro sem violência.

([Estadão.com, 08/03/2017 - acesse no site de origem](#))



O assassino condenado pela Justiça e ex-goleiro Bruno conseguiu um Habeas Corpus e saiu da prisão. Foi parado por fãs para [tirar selfies](#), incluindo uma pessoa vestindo uma máscara de cachorro (Bruno jogou o corpo de Eliza Samudio para os cachorros comerem e o cadáver nunca foi encontrado). Diz-se que ele recebeu [propostas de 9 clubes](#) diferentes para voltar a jogar, inclusive em equipes da série A.

A atriz norte-americana Jane Fonda, de 79 anos, revelou ter sido estuprada na infância. Um dos apresentadores mais conhecidos do Brasil [desdenhou em seu Twitter](#): “E eu com isso?”, minimizando o crime e a dor da vítima.

Nada disso aconteceu no século passado e sim na última semana. Em pleno 2017, quando insistem em nos dizer que o movimento de mulheres não é mais necessário, que já conquistamos todos os direitos e que qualquer reivindicação é mimimi.

Esses 3 eventos não deixam pairar qualquer dúvida sobre a legitimidade do movimento das mulheres. Nós lutamos há séculos e continuamos lutando até hoje pelo direito de existir. Pelo direito de sermos vistas, consideradas, respeitadas. Lutamos por uma vida sem violência, desigualdade ou discriminação. São séculos em busca dos mesmos direitos básicos.

Por isso hoje, dia 8 de março, continuamos a luta. Dessa vez, tem greve das mulheres no mundo inteiro. Uma luta global, bonita de ver, num momento em que estamos sob ataque impiedoso e constante no mundo inteiro. Nesse contexto, a única alternativa é resistir.

O 8 de março é só um dia, acaba em 24 horas. Mas o que ele carrega desde sua origem está conosco o ano inteiro. Hoje é dia de mostrar nossa força, recarregar nossas energias e lembrar que nós podemos muito, que somos muitas e que estamos dispostas a lutar pelo o que é nosso. Hoje é dia de ir para rua, olhar para a mulher do lado e encontrar forças para continuar. É dia de lutar como as que nos antecederam para que as que nos sucederão não o tenham que fazer.

Apesar dos pesares, nós mulheres existimos. E resistimos. Desde sempre e até quando precisar ser.

O 8 de março não é coisa do passado. O 8 de março não poderia ser mais presente.

Numa data tão marcante e com tanta coisa boa sendo produzida, fica até difícil escolher o que destacar, mas:

- A Editora Boitempo acaba de lançar o livro “A Revolução das mulheres - emancipação feminina na Rússia Soviética”, que relembra a luta das mulheres russas, considerado o marco para a institucionalização do 8 de março como Dia Internacional das Mulheres. Conversa muito com o tema desse ano, já que há a convocatória da greve geral. E aproveitando a deixa, a editora está com descontos de até 70% nos títulos escritos por mulheres. Uma boa sacada para o mês de março.

- Falando em trabalho..esse é o tema da vez. Além da greve geral, a ONU escolheu como tema para o 8 de março deste ano a mulher no mundo de trabalho. [Esse site](#) está imperdível e tem muitos dados.

- Descobri a [Macabéa Edições](#), selo editorial que publica obras de mulheres e sobre mulheres. Criação de Bianca Garcia e Thayssa Martins, pretende dar o protagonismo merecido às mulheres, historicamente apagadas do mercado editorial e dos espaços políticos. Elas já captaram 10 autoras.

- Saiu o trailer do aguardado documentário “Chega de Fiu Fiu”, da Think Olga. A ONG foi um divisor de águas nas conversas sobre assédio no país. A qualidade é garantida:

Feminismo não pede favores: exige direitos, por Nana Soares

“O que mais querem as mulheres? Já trabalham e já votam, agora é mimimi”

“As feministas propõem a superioridade das mulheres em relação aos homens”

“As mulheres querem/usufruem de privilégios nas leis”

[\(Estado de S. Paulo, 16/02/2017 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Você já leu ou ouviu essas perguntas por aí? É provável que sim. São algumas das frases mais utilizadas por quem quer, de má-fé ou não, diminuir a importância do feminismo. E, de tão difundidas, acabam causando confusão sobre a razão de ser do nosso movimento.

Vamos por partes: feminismo quer igualdade. Sempre quis. Igualdade de direitos, de responsabilidades. Quer garantir que todas as mulheres estejam plenamente inseridas na sociedade SEM sofrer preconceito ou discriminação em função de ser mulher. Lutamos pelo mínimo, por coisas que nem deveriam ser motivo de disputa, mas que, já que não ocorrem naturalmente na nossa sociedade, iremos atrás com todas as nossas forças.

Pesquisa: 67% dos brasileiros acham que violência sexual acontece porque homem não controla impulsos

Dados preliminares da pesquisa “Violência Sexual - Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Instituto Locomotiva, apontam que ainda é alta a porcentagem de brasileiros que concorda com frases que de alguma maneira justificam a violência sexual: Alarmantes 67% dos participantes acreditam que a violência sexual acontece porque os homens não conseguem controlar seus impulsos; 58% colocaram a culpa no álcool ou nas drogas e 32% creditaram a violência sexual à presença de “problemas mentais”.

[\(O Estado de S. Paulo, 12/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A pesquisa, realizada em julho de 2016, ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos. Entre os homens, 42% disseram que a violência sexual acontece porque a mulher provoca, enquanto 69% das mulheres associaram a violência ao machismo.

Já quando o assunto foi estupro, os dados são mais positivos: quase a totalidade dos participantes (97%) concordou que nenhuma mulher merece ser estuprada, independente se “sóbria, chapada, vestida ou pelada”, e o mesmo percentual concordou que sexo sem consentimento é sempre estupro. Metade dos entrevistados (49%) avaliam que a maior parte dos estupros acontece dentro de casa e 64% concordaram que o estuprador muitas vezes é um conhecido, como colega de estudo ou de trabalho. É uma avaliação que faz sentido, como mostram os dados da pesquisa **[Estupro no Brasil, uma radiografia segundo os dados da Saúde](#)** (Ipea, 2014). A porcentagem é surpreendente, já que quando se fala de estupro ainda é muito comum a associação com um rosto desconhecido na calada da noite, cenário que representa apenas parte da realidade.

Para 89% dos entrevistados, estar bêbado não é justificativa para um homem abusar de uma mulher e 96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres ao invés de ensiná-las a ter medo.

OPINIÃO: Pelo o que vejo nestes dados, os brasileiros demonstram alguma percepção sobre como se dá a violência sexual, mas têm dificuldade de entendê-la como um fenômeno estimulado socialmente (o que chamamos de cultura do estupro). Quando 2 em cada 3 pessoas entendem que um homem é incapaz de conter seu impulso de violentar uma mulher (ainda que isso seja errado), naturaliza-se a violência que nos acomete. Chega a ser contraditório com o praticamente consenso de que os homens devem ser educados para respeitar as mulheres. De que adianta ensinar se eles são incapazes de se segurar?

Também chama a atenção os 32% que acham que os agressores têm problemas mentais. Ainda que isso possa ser uma realidade em diversos casos, nem de longe é uma regra ou dá conta do assombroso número de violência sexual no país. Fossem todos os estupradores doentes, não registraríamos [cinco casos por hora](#). Pelo contrário, esse número só é possível porque toda nossa sociedade ampara os agressores e abandona as vítimas. Silenciando-as, desestimulando a denúncia, desacreditando de sua palavra, culpabilizando as mulheres e não punindo os agressores. Se fôssemos um país em que os violentos são naturalmente doentes e uma sociedade cujos homens não se pode controlar, seríamos uma sociedade já falida e sem conserto, o que é muito mais uma desculpa para não agir do que a realidade.

Um dado que infelizmente não surpreende é a discrepância entre o que homens e mulheres apontam como o motivo da violência. As mulheres, imensa maioria das vítimas da violência sexual, apontam o machismo, ao passo que os homens - esmagadora maioria dos agressores - culpam...as mulheres. Note-se aí a diferença: as mulheres não culpam os homens, mas sim o machismo, um sistema que os beneficia e que nos cala e submete. Como principais afetadas por ele, conseguimos identificá-lo ao nosso redor. Os homens, como beneficiados, não. E assim somos sistematicamente culpabilizadas por um crime que nos atinge, que causa traumas e têm

consequências que em muito extrapolam o momento do ato. Nós, mulheres, ainda temos que provar que não causamos nossos estupros.

A pesquisa “Violência Sexual - Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil” ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, em 70 municípios das cinco regiões do Brasil, entre os dias 6 e 19 de julho de 2016, e será divulgada na íntegra na terça-feira (13) na Agência Patrícia Galvão. Foi realizada com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha

Mulheres negras: diante da ponte para o abismo, por Luciana Araujo

No próximo dia 20 comemora-se o Dia da Consciência Negra em um país que insiste em não se enxergar racista. Embora eu tenha alguma noção de feminismo negro e um profundo respeito por suas pautas, não sou capaz de falar sobre o assunto com a mesma propriedade de quem sente o racismo na pele. Nesse contexto, convidei a jornalista Luciana Araújo para ocupar este espaço e falar sobre as mulheres negras e os principais desafios que se colocam nesse momento. A leitura é essencial:

[\(O Estado de S. Paulo, acesse a íntegra no site de origem\)](#)